

A LÍNGUA COMO LUGAR DE MEMÓRIA – EMBATES PELO CONTROLE DOS SENTIDOS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PORTUGUÊS NO BRASIL^{*}

Lucia Maria Alves Ferreira^{}**

Resumo: Neste texto, tomamos a língua como objeto simbólico em que se constituem o sujeito e a memória social, lembrando que ela é uma unidade construída socialmente, permeável, portanto, às tensões e às lutas pelo poder. O trabalho do político sobre a língua e, conseqüentemente, sobre a memória, muitas vezes imperceptível e insidioso, sempre tem uma face silenciada, resultado dos embates pelo controle das formas do dizer. Na discussão ora proposta, concebida na confluência dos estudos da memória social e da Análise do Discurso (AD), são revisitadas situações em que processos de silenciamento operaram na relação dos sujeitos com sua língua materna e atuaram na institucionalização da língua portuguesa no Brasil.

Palavras-chave: língua; discurso; memória social.

*Teve um tempo que nós, para viver, precisamos nos calar.
Hoje, nós, para viver, precisamos falar*

(PAJÉ LUIZ CABOCLO
ÍNDIO TREMEMBÉ DO CEARÁ APUD BESSA FREIRE, 2009).

INTRODUÇÃO

■ **A** reflexão proposta neste texto situa-se na interface entre um campo em construção, o dos estudos da memória social, e o campo dos estudos da linguagem, mais especificamente daqueles que têm o discurso como objeto sócio-historicamente inscrito na materialidade da língua.

* Uma primeira versão deste estudo, desenvolvido em projeto apoiado pelo Edital MCT/CNPq/MEC/Capes, foi apresentada no Simpósio Língua Portuguesa: Discursividades Contemporâneas, do III Simelp – A formação de novos falantes de Português no mundo, Macau, China 2011.

** Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). E-mail: lmaf@connection.com.br.

Os estudos mais recentes da memória social tendem a reconhecer as dificuldades em conceituá-la a partir do campo em que emerge, problemático, permeado de lutas, na tensão constante entre a lembrança e o esquecimento. Com relação à sua face material, a memória pode inscrever-se nos mais variados suportes e sistemas de signos, mas, de todas as possibilidades, a língua afigura-se como a principal, na medida em que é responsável pela nossa irremediável entrada no simbólico.

Condição de possibilidade do discurso, a língua resulta de um trabalho com a linguagem no qual incidem o histórico e o social, constituindo-se, portanto, em um campo de lutas, às vezes insidiosas e imperceptíveis, na qual a memória sempre tem uma face silenciada, resultado dos embates e tensões pelo controle das formas do dizer.

Neste trabalho, com base no conceito de lugar de memória (NORA, 1993), venho propor uma reflexão acerca da língua como lugar em que a memória histórico-discursiva, o saber discursivo que fala antes e que torna possível todo dizer (ORLANDI, 1999a), vai deixando vestígios e promovendo silenciamentos e transformações.

Nos dias de hoje, em que casos de multilinguismo são apontados como norma e não exceção em contextos sócio-históricos distintos e em que as distâncias são encurtadas pela internet (RAJAGOPALAN, 2003), reflexões acerca das relações entre memória e língua se impõem ética e politicamente. Em nome de um futuro que se almeja, cabe a nós questionar os efeitos da imbricação do político nessa relação.

MEMÓRIA SOCIAL, UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

A dimensão social da memória foi inicialmente trabalhada por Maurice Halbwachs, da Escola Sociológica Francesa, na primeira metade do século XX, em meio ao processo de consolidação das ciências humanas e sociais. Duas obras concentram seu principal legado. A primeira, *Les cadres sociaux de la mémoire*, de 1925, surgiu quando a Europa, ainda sob o impacto da Primeira Guerra Mundial, vivia a transformação de sociedades rurais, tradicionais e autoritárias, em sociedades urbanas, modernas, industriais. A segunda, *La mémoire collective*, foi publicada em 1950, cinco anos após sua morte em um campo de concentração.

Deslocando-se da concepção de memória como ato individual de natureza psicológica, predominante na época, Halbwachs formulou o conceito de memória coletiva. O autor não nega a existência de uma memória individual, mas entende que seu centro formador é a memória do grupo. Todas as nossas lembranças, mesmo aquelas que acreditamos mais individuais, como pensamentos e sentimentos, se relacionam com todo um conjunto de noções que muitos outros partilham conosco: lugares, datas, formas de linguagem, raciocínios e ideias, ou seja, aquilo que o autor considerava a vida material e moral dos grupos sociais de que fazemos ou fizemos parte.

Os quadros sociais da memória, propostos por Halbwachs (1992) em sua obra de 1925, incluem não só as categorias de espaço e tempo, mas também a linguagem. Para o autor, é a linguagem e todo o sistema de convenções sociais que a sustenta que nos permitem a cada instante reconstruir o passado.

Na concepção de Halbwachs (1990), a memória coletiva seria um dos pilares para o funcionamento da vida social, pois, sem substratos comuns, a sociedade não poderia funcionar. Um dos melhores exemplos do funcionamento da memória coletiva e de sua relação com a linguagem apresentados pelo autor encontram-se em um ensaio intitulado “A memória coletiva dos músicos”, de 1939, publicado como anexo na obra *A memória coletiva* (HALBWACHS, 1990). Muitas vezes os músicos dependem dos sinais na partitura para executar sequências muito complexas e extensas de sons, mas o fazem porque conhecem as convenções sociais da sociedade musical: “as lembranças dos músicos se conservam numa memória coletiva que se estende no espaço e no tempo, tão longe quanto sua sociedade” (HALBWACHS, 1990, p. 185). Sob essa mesma ótica, o autor argumenta que, em sua surdez, Beethoven jamais esteve só. Pelo contrário, esteve mais engajado do que nunca e do que todos na sociedade dos músicos, pois conservava os símbolos da música, os sons e suas combinações, logo a linguagem do grupo.

Mas, como nos lembra Abreu (2005), os autores são homens do seu tempo e os intelectuais da primeira geração da Escola Sociológica Francesa (Durkheim, Marcel Mauss, Halbwachs) pensavam a memória coletiva como uma ação para combater os individualismos que inviabilizariam a vida em sociedade. As profundas mudanças nos modelos de sociedade, a crescente mobilidade social e individualização trouxeram novas questões para os estudiosos da memória social.

Ao longo do tempo, o conceito foi apropriado e ressemantizado, a partir de posições teóricas distintas. Diferentes autores vão significar os termos memória coletiva e memória social. Jacques Le Goff (1996), por exemplo, reserva o termo memória coletiva para os povos ágrafos, associando o termo memória social às sociedades com escrita. A distinção entre os dois tipos de memória dependeria, portanto, da possibilidade de construção de uma história com base em documentos.

Diferentes campos do conhecimento tomam a memória como objeto, formulam conceitos, configuram procedimentos analíticos. Constata-se, em sua polissemia, a possibilidade de sua inscrição por intermédio dos mais variados suportes e sistemas de signos: simbólicos (palavras orais e escritas), icônicos (imagens), indiciais (marcas corporais, por exemplo).

Evocado pelos diferentes campos, o que se percebe é que o construto memória social não pode ser tomado como objeto único e exclusivo de qualquer disciplina. Gondar (2005) propõe então que se pense o conceito de memória de modo a que se venha contemplar suas diferentes faces.

Outra dimensão a ser destacada, segundo a autora, é seu caráter ético e político. Se pode ser vista como reconstrução do passado, erigida a partir de quadros sociais bem definidos e delimitados, como na perspectiva de Halbwachs (1990), a memória social, também tecida por nossas expectativas diante do devir, pode ser o foco de resistência no seio das relações de poder, o que revela um comprometimento ético e político em sua construção.

Resta ainda a considerar, lembra-nos Gondar (2005, p. 22-23), a natureza processual da memória social. Sua dimensão temporal é marcada pela tensão permanente, pelas diferenças potenciais lutando para se afirmar. A memória social não se reduz, portanto, a um arquivo de representações, “cristalizações mais visíveis e genéricas”, apreendidas no constante movimento da vida social. Pelo contrário, não se podem desprezar as condições processuais de sua produção, os jogos de força e enfrentamentos no campo social que contribuíram para a sua configuração.

É, então, na interface dessa constelação de atributos conceituais da memória que passei a me interrogar sobre o papel da linguagem na sua construção. É na linguagem que se constroem as culturas humanas. Consequentemente, a linguagem se apresenta como o lócus privilegiado para os estudos que pretendem investigar as memórias que conectam o passado e o presente dos grupos sociais e que orientam as relações com o futuro.

QUESTIONANDO A MEMÓRIA SOCIAL NO ÂMBITO DO DISCURSIVO

A partir das dimensões anteriormente delineadas e pensando a materialidade linguística, pode-se considerar que a memória social se constitui discursivamente¹ e que, como tal, é permeável às injunções históricas e políticas próprias dos processos de construção de sentidos e do funcionamento do discurso. As condições sócio-históricas não se apresentam como algo a que a linguagem e a memória se correlacionam; pelo contrário, elas são parte de sua constituição. Não se pode considerar nem o discurso nem a memória sem que coloquemos em relação as condições sócio-históricas de sua produção.

A vertente teórico-analítica de abordagem do discursivo a que me filio, a Análise do Discurso (AD), toma o discurso como um objeto ao mesmo tempo linguístico e histórico. A novidade trazida pela AD, no momento em que começa a se configurar como um corpo teórico-metodológico, no final dos anos 1960 e na década de 1970, está justamente em questionar as ciências sociais, porque “se iludem com a instrumentalidade das ciências da linguagem” (ORLANDI, 2008, p. 33) ao utilizar a análise de conteúdo como instrumento analítico. De uma outra perspectiva, a AD vai mostrar que o sujeito e a significação não são transparentes, porque estão mergulhados nas condições sócio-históricas em que se constituem e que, por sua vez, produzem o discurso. Os enunciados se inserem em redes de outros enunciados, relacionam-se com enunciados anteriores, retomando-os, deslocando-os, desdobrando-os, sempre convocando um espaço de memória. Cabe então ao analista de discurso, nas palavras de Foucault (2000, p. 31-32), perguntar “como apareceu um determinado enunciado, não outro em seu lugar?”; “que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?”. Da mesma forma, podemos nos perguntar por que essa configuração da memória e não outra?

Mas, nos 40 anos de história da AD, muita coisa mudou. Inicialmente fortemente vinculada às teses althusserianas (os aparelhos ideológicos, a história como luta de classes, a interpelação do sujeito), a AD sofreu muitos deslocamentos em sua base teórica, devido a um conjunto de acontecimentos ocorridos durante as décadas de 1980 e 1990: as decepções políticas, a fragmentação das esquerdas, a crise do marxismo e do estruturalismo, a classe operária que desaparecia diante das novas reconfigurações econômicas; o advento das novas tecnologias de comunicação. Há, então, uma aproximação da AD com a história, pelas mãos de Foucault e Bakhtin (GREGOLIN, 2004, p. 157). Dentre os deslocamentos provocados na base teórica na década de 1990, destacam-se a incorporação da ideia de heterogeneidade discursiva, que se revela nas relações in-

1 Na perspectiva da Análise do Discurso (AD), o discurso tem a sua materialidade específica: a língua. Em outras palavras, o processo discursivo, que se dá sob determinadas condições históricas, sociais e ideológicas, supõe a língua, reconhecida por sua opacidade, como base.

tradiscursivas e no interdiscurso (a história, as memórias discursivas), e o foco na investigação das formas de circulação dos sentidos e suas inter-relações em dados momentos históricos. Essas mudanças transformaram também o *corpus* de análise: se antes se trabalhava o discurso político e os textos escritos, o olhar do analista passou a perceber a heterogeneidade discursiva em diferentes materialidades significantes.

Sem perder de vista que o discurso acontece sempre no interior de outros discursos, com os quais estabelece correlações e deslocamentos, o analista que questiona a memória no âmbito da AD deve ter a interdiscursividade como objeto (ORLANDI 1999a), isto é, redes de memória que se materializam na língua e que produzem os sentidos em dada configuração sócio-histórica. O discurso emerge, então, em relação com o domínio de memória que convoca, para que se torne inteligível.

É nesse sentido que, acredito, a AD nos ajuda a compreender alguns dos mecanismos mobilizados na constituição da memória social. Se a entendemos como um campo de disputas, um processo histórico em que se articulam lembranças e esquecimentos, podemos considerar que memória e discurso se constituem mutuamente, em uma relação de interdependência que impõe operações não apenas de manutenção, de estabilização, mas também de segregação e exclusão. Os sentidos se constroem na linguagem a partir de redes de memória que produzem um efeito imaginário de continuidade, de coerência e de completude, mas que se encontram sempre em movimento, em processo, estabilizando-se em dados momentos e deslocando-se em outros.

O FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA NA LÍNGUA E A LÍNGUA COMO LUGAR DE MEMÓRIA

Do campo da história, Pierre Nora (1993), em seu texto “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, oferece-nos uma reflexão sobre o fim das sociedades-memória, aquelas que se valiam da memória para preservar a sua história e as suas tradições. Diante dos meios de reprodução e armazenamento de que dispomos hoje e pelo profundo respeito que nutrimos pelos vestígios do passado, obrigamo-nos a acumular vestígios, testemunhos, imagens, discursos, em arquivos das mais distintas materialidades. Investidos de uma aura simbólica, esses arquivos são tomados como *lugar de memória*, lugar em que o passado se reinscreve, se metamorfoseia, “no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações” (NORA, 1993, p. 22).

Ao reivindicarmos para a língua o *status* de lugar de memória², é preciso que se tenha em mente pelo menos duas possibilidades de leitura. Uma em que se destaca a noção de perda daquilo que a língua já foi e que precisa ser restaurado, em nome de uma memória e de uma língua que se quer recuperar. Outra que destaca a dimensão processual de construção da língua e da memória, onde podem ser percebidos os afrontamentos, as tensões que se inscrevem nos enun-

2 Penso aqui na memória dos processos históricos de colonização, de imigração, de gramatização e de institucionalização que acabam por dar às línguas naturais a configuração que apresentam em determinados momentos históricos.

ciados e na estrutura linguística. Se no primeiro caso estaríamos mais preocupados com a preservação dos valores do grupo, no segundo o foco estaria na transformação social.

No âmbito dos estudos discursivos, mais especificamente da AD, a noção de memória é referida em diferentes reflexões teóricas. Para Pêcheux (1999, p. 56), a memória “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização [...] um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. No mesmo texto, o autor destaca a memória discursiva,

[...] aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Observando um efeito de apagamento da história e da ideologia decorrente da grande quantidade de meios de memória disponíveis para o homem contemporâneo, Orlandi (1999a, p. 10) afirma que, para saber como os discursos funcionam, é necessário que nos coloquemos “na encruzilhada de um duplo jogo de memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro”.

O conceito de memória discursiva, introduzido por Jean Jacques Courtine (2009), retoma a noção de formação discursiva de Foucault (2000) em *A arqueologia do saber*. Nas análises propostas nessa obra, Foucault (2000) nos mostra que toda formulação de algum modo repete, refuta, transforma, denega formulações de um domínio associado, fazendo-as circular em novas conjunturas. A memória discursiva, que diz respeito à existência histórica do enunciado, seria então o mecanismo responsável pela retomada de narrativas, conjuntos ritualizados de discursos que se narram em circunstâncias bem determinadas, como os apontados por Foucault (1999, p. 21-26) no texto *A ordem do discurso*.

Nas preocupações com a memória, com aquilo que retorna no discurso, nas formulações, pelas redes de memória responsáveis pela construção dos sentidos, precisamos também considerar os silenciamentos, aquilo que não retorna, não porque foi esquecido, mas porque foi excluído justamente para que não haja um já-dito, uma memória. Trata-se, como observa Orlandi (1999b, p. 66), daquilo que está fora da memória e que “não está esquecido nem foi trabalhado, metaforizado, transferido. Está in-significado, de-significado”.

Retomando neste ponto a observação de Nora (1993) acerca dos lugares de memória, em particular o aspecto imprevisível das ramificações e ecos de enunciados pretéritos, reafirmamos a relevância das reflexões sobre o papel ético e político dos estudos da memória na língua em um mundo em que as transformações viajam à velocidade da luz. Como bem nos aponta Gondar (2000), a memória é um instrumento de poder e a questão do esquecimento é política. É preciso que se lembre, então, de que a língua será o lócus privilegiado para as operações de manutenção da memória, bem como as de sua segregação, e é dessa perspectiva que examino, a seguir, algumas questões relativas à língua, ao político e à memória na/da língua portuguesa no Brasil.

DO PORTUGUÊS E DA LÍNGUA GERAL³

É no contexto de colonização que melhor se percebem os embates ideológicos subjacentes à memória, e que acabam por inscrever-se não apenas nos enunciados, mas também na estrutura da língua. Acerca desse tema, Orlandi (2005) nos apresenta uma profícua reflexão a respeito do processo de funcionamento linguístico-histórico do português no Brasil, a partir de Serafim da Silva Neto.

A autora aborda o processo pelo qual, na trajetória de institucionalização do português como língua oficial da colônia, a memória discursiva do português de Portugal (memória Outra) deixa de funcionar na situação enunciativa brasileira. Se, em um primeiro momento (situação enunciativa 1), falava-se de contato com o português de Portugal, em um outro momento (situação enunciativa 2) passa-se a estabelecer a diferença a partir do local de enunciação (cá e lá). Em um terceiro momento (situação enunciativa 3), o processo discursivo não mais se remete à memória discursiva da língua de Portugal e passa-se a falar do contato com as outras línguas aqui faladas: africanas, indígenas e as línguas da imigração. Essa disjunção ideológica faz com que, com frequência, o mesmo fato linguístico possa ser nomeado brasileiro, se a língua é pensada em relação à língua do colonizador, ou tupinismo, se a referência for o contato com as línguas indígenas.

Em sua reflexão, Orlandi (2005) nos mostra que as marcas do processo de institucionalização da língua, impulsionado pelas mudanças sócio-históricas, inscreveram-se na própria estrutura linguística, constituindo uma outra memória.

Ainda na perspectiva da institucionalização do português no contexto brasileiro, Mariani (2004, p. 31-33) observa que a colonização linguística supõe o estabelecimento de políticas para impor a comunicação com base na língua de colonização, dando lugar à hierarquização entre as línguas e os sujeitos que as empregam. Isso não significa, contudo, que não houvesse lugares de resistência. Os colonos usavam a língua geral, formando comunidades discursivas que não se comunicavam em português. Devido à relevância política da língua na comunidade, o tupinambá foi gramatizado pelos jesuítas. Abria-se, então, a possibilidade de uma escrita que poderia dar forma jurídica às novas relações sociais na colônia. A língua geral adquiriria assim *status* político-jurídico semelhante ao de qualquer língua europeia. Foi necessário um ato político-jurídico – o Diretório dos Índios – para impor o português e colocar em silêncio a língua geral, caracterizando-a como “invenção diabólica”, e fazer calar as vozes que a falavam.

Com os mecanismos de silenciamento que vão sendo impostos à colônia, as línguas indígenas e a língua geral vão ficando cada vez mais ausentes, submetidas agora à memória da língua do colonizador. Os topônimos que designam a flora e a fauna, que trazem consigo outros dizeres e saberes, são categorizados como brasileiroismos, atrelados a uma memória outra, vestígios dos mecanismos de apagamento.

3 Mariani (2004, p. 22) esclarece que a expressão *língua geral* designa o chamado tupi jesuítico, resultado das transformações operadas pelos jesuítas na língua tupinambá, falada pelos povos tupis. Aceita pelo poder leigo e pela Igreja, a língua geral foi o principal instrumento para catequese e domínio dos indígenas durante os séculos XVI e XVII. Bessa Freire (2008, p. 127) observa que os portugueses fortaleceram as línguas gerais nos dois Estados que delimitaram na América: a língua geral paulista (LGP), falada no litoral brasileiro, e a língua geral amazônica (LGA), falada entre São Luís do Maranhão e Belém. Com a política pom-balina no final do século XVIII, associada a fatores demográficos significativos, como o avanço da população branca e mestiça e o aumento da população escrava, o português passou a ser a língua dominante.

Na interface dos campos da história social e da linguística, Bessa Freire (2008, p. 130-147) aborda a questão da língua geral na região amazônica, onde a hegemonia do português vai se dar muito tardiamente. Na Amazônia, a língua geral se expandiu com o apoio da Coroa portuguesa, pois, no contexto de diversidade linguística, era ela que viabilizava o projeto colonial por funcionar como língua de comunicação interétnica. Documentação da segunda metade do século XIX nos mostra que o nheengatu ainda era predominante naquele período. Gonçalves Dias, encarregado de avaliar as escolas da região pelo presidente da província, observou que o sistema de ensino não funcionava porque a língua falada na escola, o português, não era a língua falada nas comunidades locais. O poeta/avaliador finaliza seu relatório recomendando a manutenção do português, pois “a vantagem da frequência das escolas estaria principalmente em se desabituar da língua geral, que falam sempre em casa e nas ruas, e em toda parte” (BESSA FREIRE, 2008, p. 131).

Depois de ser considerada “moribunda” por mais de um século, o nheengatu, a língua geral amazônica (LGA), nos informa Bessa Freire (2009), foi declarada língua cooficial no município de São Gabriel da Cachoeira, em 21 de novembro de 2002. Em território maior do que Portugal, onde são faladas 23 línguas diferentes, a LGA é, juntamente com o português, a língua de comunicação interétnica, cumprindo, portanto, função semelhante à que teve durante muitos séculos.

A Constituição de 1988 estabelece uma política de preservação das línguas indígenas, e a educação bilíngue é o principal instrumento para tal. A premissa de base é que os índios devem aprender o português como segunda língua e não como língua materna. As suas línguas continuarão a funcionar na comunicação interna. O português servirá de comunicação entre índios (é hoje a língua de comunicação nas assembleias indígenas) e, é claro, permitirá a eles circular em outro campo do conhecimento, não construído em suas línguas, predominantemente orais.

Algumas comunidades indígenas brasileiras vivem, portanto, em contextos multilíngues, e essa constatação traz um novo elenco de questões que não podem ser abordadas ingenuamente.

À GUISA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS – A PROPÓSITO DA LÍNGUA COMO LUGAR DE MEMÓRIA

Quando nos apropriamos do conceito de lugar de memória, observamos duas possibilidades de filiação de sentidos. Uma vincula-se à noção de perda, em nome de uma memória e de uma língua que se quer recuperar; a outra tem como foco a transformação social. Em ambos os casos, destaca-se a relação da língua e da memória com o poder.

Não se pode ter a ilusão de que seja possível recuperar, ou mesmo reparar, os danos decorrentes dos silenciamentos e apagamentos produzidos historicamente. Payer (2009, p. 43) observa que, quando essa ilusão opera nos processos educacionais em contextos de imigração, a tendência é a ineficácia.

Por um lado, o foco na transformação, no processo de constituição da memória na língua, permite que se vislumbrem tanto as tensões e os embates quanto a atividade criativa que nela se inscrevem. A memória nos ajuda a compreender de que forma se fazem sentir na língua as tensões pelo controle dos sentidos. Por outro lado, é preciso lembrar, como nos mostra Gondar (2000, p. 38), que a sociedade “não apenas se ‘esquece’ destes elementos capazes de revelar sua al-

teridade consigo própria como também se esquece deste esquecimento, e dos meios que utilizou ou utiliza para efetivá-lo”. Temos então a sensação de que o esquecimento é natural e espontâneo, decorrente unicamente da passagem do tempo quando, de fato, ele é “um ato, um fazer social, tão histórico como nossa própria história”.

Voltamos então ao início desta reflexão, quando destacamos que discussões acerca da memória e do esquecimento na língua pressupõem comprometimentos éticos e políticos que, sob o efeito do ideológico, naturalizam-se nos embates pelo poder de dizer nas práticas simbólicas. Bessa Freire (2009), em um belo texto intitulado “Se eu fosse os índios: as línguas”, nos aponta alguns desses desdobramentos:

A língua é arquivo da história, é canoa do tempo, responsável por levar os conhecimentos de uma geração à outra. Pretendemos remar as duas canoas, que já fazem parte de nossa vida: uma carregada de saberes tradicionais, a outra com os novos saberes, ambos necessários para nossa sobrevivência e para a afirmação da nossa identidade. Lutamos por um bilinguismo que guarde a nossa memória em português e em uma língua indígena, reatualizando permanentemente os saberes que elas veiculam. A maioria de nós, hoje, não pode mais viver sem as duas, que já fazem parte do nosso jeito de ser.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa em memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.
- BESSA FREIRE, J. R. Nheengatu: a outra língua brasileira. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008.
- BESSA FREIRE, J. R. Se eu fosse os índios: as línguas. 2009. Disponível em: <<http://www.taquiprati.com.br>>. Acesso em: 1º ago. 2012.
- COURTINE, J. J. *Análise do discurso político* – o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- GONDAR, J. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, I. T. M.; GONDAR, J. (Org.). *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.
- GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.
- GREGOLIN, M. do R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso* – diálogos & duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALBWACHS, M. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1992.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

- MARIANI, B. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 1-178, 1993.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso – princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999a.
- ORLANDI, E. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999b.
- ORLANDI, E. O contato entre línguas e a relação ao outro: uma leitura possível de Serafim da Silva Neto. In: GUIMARÃES, E.; BRUM-DE-PAULA, R. (Org.). *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, 2005.
- ORLANDI, E. *Terra à vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- PAYER, M. O. O trabalho com a língua como lugar de memória. *Synergies Brésil*, n. 7, p. 37-46, 2009.
- PÊCHEUX, M. O papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica – linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

FERREIRA, L. M. A. Language as a site of memory – the struggle for the control of meaning in the institutionalization of the Portuguese language in Brazil. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 148-157, 2013.

Abstract: In this paper, we consider language as the symbolic object that constitutes the subject and also social memory, taking into account the fact that it is a socially constructed unit, thus permeable to the tensions and struggles for power. The work of politics on memory and also on language, frequently imperceptible and insidious, always has a silenced face, the result of social struggles for the control of discourse. In the discussion, conceived at the confluence of the fields of social memory and French discourse analysis, we examine some cases in which processes of silencing operated in the relationship of subjects with their mother tongue, acting in the process of institutionalization of the Portuguese language in Brazil.

Keywords: language; discourse; social memory.

Recebido em agosto de 2012.
Aprovado em fevereiro de 2013.